

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024.
(De S. Ex.^a Deputado Jonas Donizette)

***"Inscreve o nome de Prudente
José de Moraes Barros no Livro
dos Heróis da Pátria."***

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica inscrito o nome de **Prudente José de Moraes Barros** no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 2024.

Deputado Jonas Donizette



JUSTIFICATIVA:

O art. 1º da Lei n.º 11.597, de 29 de novembro de 2007, determina que: *“O Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo”.*

O Panteão é depositário de um livro de aço no qual se registram os nomes dos brasileiros que tiveram destaque na história do país, de modo que a sua memória seja preservada para as futuras gerações.

Tal é um monumento à liberdade e à democracia, construído em homenagem aos expoentes da Nação e ao Ex-presidente Tancredo Neves. Foi inaugurado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 7 de setembro de 1996. Nele, repousa o Livro dos Heróis da Pátria, estrutura de aço em que se registram, com o objetivo de preservar a nossa memória e de fortalecer a identidade nacional, os nomes daqueles que se destacaram expressivamente em sua atuação pelo Brasil. Atualmente, são dezenas de brasileiras e brasileiros inscritos no livro de aço que imortaliza os heróis da Pátria.

Nesse sentido, buscamos o reconhecimento de Prudente José de Moraes Barros, que nasceu em um sítio próximo a Itu (SP), no dia 4 de outubro de 1841, filho de José Marcelino de Barros e de Catarina Maria de Moraes. Seu irmão Manuel de Moraes Barros se tornaria senador da República.

O menino Prudente aprendeu as primeiras letras com a mãe, o que indica que esta teria um razoável nível de instrução, por sua vez fator indicativo de favorecimento social na sociedade da época. Apenas aos 14 anos Prudente ingressou no Colégio Delgado, que no ano seguinte fechou suas portas. Seguiu então para São Paulo, para



cursar os preparatórios para a Faculdade de Direito, onde ingressou em 1859.

A Faculdade de Direito de São Paulo havia sido criada por decreto de 1827, juntamente com a de Pernambuco. Era uma escola de leis que, além de formar advogados, formava especialmente políticos. Quase todos os políticos do período imperial e da Primeira República passaram pelos bancos dessa academia. Havia na Faculdade de Direito paulista uma sociedade secreta fundada pelo alemão Júlio Frank. Era a Burschenschaft, chamada de Bucha pelos estudantes que dela participavam. Como vários próceres da República, Prudente de Moraes também foi bucheiro. A orientação política da Bucha preconizava a luta pelo liberalismo, o abolicionismo e o republicanismo, ideais que iriam marcar toda a ação política de Prudente.

Formado em 1863, Prudente voltou a Piracicaba, abriu um escritório de advocacia e ingressou na política. Filiado ao Partido Liberal, foi eleito vereador para o quadriênio 1865-1868 e escolhido presidente da Câmara Municipal, cargo que ao tempo implicava exercer as funções executivas no município.

Em maio de 1866 casou-se com Adelaide Benvinda da Silva Gordo, filha de Antônio José da Silva Gordo. Seu irmão mais velho, Manuel, já era casado com Maria Inês, irmã de Adelaide. O irmão caçula de Adelaide, Adolfo Afonso da Silva Gordo, advogado e político republicano, casou-se em primeiras núpcias com Ana, neta do senador Nicolau Vergueiro, e depois com Albertina Vieira de Carvalho, filha do professor de direito Joaquim José Vieira de Carvalho e irmã de Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Em 1867, Prudente foi eleito deputado à Assembleia Provincial. Entretanto, com a queda do gabinete liberal e sua substituição pelo



ministério conservador chefiado pelo visconde de Itaboraí, novas eleições foram convocadas, e o Partido Liberal decidiu nelas não concorrer. Em 1869, membros do Partido Liberal dele se desligaram, fundando o Partido Radical. Desse grupo fazia parte Prudente de Moraes.

Sopravam então os primeiros ventos republicanos. Em 3 de dezembro de 1870 foi lançado no Rio de Janeiro o Manifesto Republicano, marco inicial da campanha republicana, assinado por 56 cidadãos, entre os quais os paulistas Francisco Rangel Pestana e Miranda de Azevedo. Publicado no primeiro número do jornal A República, o documento propunha a adoção de uma linha de “evolução pacífica”, pretendendo a mudança do regime pelas armas da discussão. A esse grupo de republicanos que se formava, uniram-se radicais paulistas.

Em reunião realizada em São Paulo a 17 de janeiro de 1872, foi decidida a criação do Partido Republicano, dentro da orientação do Manifesto Republicano de 3 de dezembro. Estavam presentes 14 cidadãos, egressos todos eles do liberalismo radical. No ano seguinte, realizou-se a Convenção de Itu a 18 de abril, e foram aprovadas as bases para a organização do Partido Republicano da província. A partir de então, o movimento organizado da Propaganda Republicana se intensificou, e Prudente logo se tornou um de seus chefes.

Falar de Prudente de Moraes, assim, é falar da República: da luta para a implantação, da organização e da consolidação do regime. Nessas três fases, seu papel foi fundamental. Alguns traços sobressaem em sua ação, delineando o perfil do estadista.

No tempo do Império, a luta pela implantação da República significava um sonho: a República era um regime democrático no qual privilégios não teriam lugar. Para um paulista como Prudente de Moraes, a descentralização proposta pela República significava



também a possibilidade de maior desenvolvimento para a província de São Paulo, que se afirmava economicamente pelo promissor florescimento da cultura cafeeira.

Foi grande a participação de Prudente de Moraes nas legislaturas para as quais foi eleito, destacando-se sua atuação em favor de projetos abolicionistas. Como deputado provincial, trabalhou em projeto que proibia a entrada de escravos na província e estabelecia um imposto sobre os escravos possuídos, que reverteria em um pecúlio para os cativos. Na Assembleia Geral, batalhou em favor da libertação dos sexagenários sem indenização. Ao lado da medida proibindo a importação de escravos, lutavam os republicanos paulistas por medidas destinadas a promover a imigração de trabalhadores livres. Em 1884 foi fundada a Hospedaria dos Imigrantes, que funcionou como ponto de encaminhamento dos recém-chegados para as fazendas. Esse preparo foi bem-sucedido, pois quando foi assinada a Lei Áurea, a 13 de maio de 1888, o número de trabalhadores livres já era grande, e o trabalho da lavoura cafeeira paulista não se desorganizou, como teria ocorrido no Rio de Janeiro.

A 6 de novembro de 1889, os republicanos paulistas receberam carta de Aristides Lobo relatando os entendimentos que estavam sendo mantidos entre republicanos e militares para a mudança do regime, cujo desfecho se afigurava próximo. Prudente de Moraes foi imediatamente chamado de Piracicaba para a reunião dos chefes de São Paulo. Foi decidido que Francisco Glicério seguiria então para o Rio, acompanhado por Adolfo Gordo. No dia 9, houve uma reunião secreta na casa do marechal Deodoro da Fonseca para traçar os planos da revolução.

No dia 15, deu-se a proclamação da República, instituindo-se o governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. O



evento foi comemorado pelos republicanos paulistas com grande júbilo, e os propagandistas foram aclamados. Instalou-se um triunvirato no governo paulista: Prudente de Moraes, Rangel Pestana e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Murça. Mas, a 3 de dezembro, Prudente de Moraes foi nomeado governador de São Paulo, cargo que exerceria até 18 de outubro de 1890, quando o transmitiu a Jorge Tibiriçá.

O primeiro ministério do novo regime foi integrado por Campos Sales, no Ministério da Justiça; Aristides Lobo, do Interior; Rui Barbosa, da Fazenda; Quintino Bocaiúva, das Relações Exteriores; Benjamin Constant, da Guerra; Demétrio Ribeiro, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Eduardo Wandenkok, da Marinha. Uma controvertida orientação do governo provisório foi a política financeira implementada pelo ministro Rui Barbosa, que instituiu a reforma bancária, substituindo o ouro como lastro das emissões por títulos da dívida federal. Ao fracasso do plano, que resultou em onda inflacionista, desastre da bolsa e descalabro das finanças públicas, deu-se o nome de Encilhamento, crise cujas consequências tiveram de ser enfrentadas pelos governos posteriores.

Ao término do período regimental, em 1º de março de 1894 realizaram-se eleições diretas para a presidência da República, apesar da oposição de Floriano, que desejava permanecer no cargo em clara manobra continuísta. Prudente de Moraes foi eleito o primeiro presidente civil da República, apoiado pelo PRF.

No dia 15, protocolarmente vestido, Prudente aguardava no salão do hotel que o viessem buscar. Ninguém apareceu, e foi num calhambeque alugado que chegou ao palácio Conde dos Arcos para prestar o juramento. Para o Itamarati, onde se daria a transmissão do cargo, foi na carruagem do representante da Inglaterra, sem qualquer escolta oficial. As portas estavam abertas, os salões vazios.



Floriano não compareceu, e a transmissão foi feita em seu nome pelo ministro Cassiano do Nascimento. Mas Prudente não se deixou abater e tratou de reunir seu ministério.

O período presidencial de Prudente de Moraes foi certamente bem-sucedido. Foi um período de consolidação do regime republicano. Ao final do quadriênio, pôde Prudente transmitir o governo ao também paulista e republicano histórico Manuel Ferraz de Campos Sales, que tinha como vice o pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva, político de grande expressão no Norte. Como vivo contraste com a fria recepção recebida por ocasião da posse, ao passar o governo ao sucessor, Prudente foi delirantemente aclamado.

Prudente de Moraes simboliza a realização de um ideal político: dotado de qualidades raras, passou de subversivo a executivo na tarefa de implantação, organização e consolidação do regime republicano. A austeridade era sua marca. Os fatos acima referidos mostram a coerência de sua ação política, refletindo os ideais abraçados ainda na juventude: o liberalismo, o abolicionismo, o republicanismo – ideais da Bucha. Poucos homens tiveram na vida a oportunidade e a experiência de lutar por um ideal político e realizá-lo de modo tão completo como o fez Prudente de Moraes, cuja vida se entrelaça com o ideal republicano.

Faleceu em Piracicaba, em 3 de dezembro de 1902. Seus filhos, genro e sobrinhos também foram políticos: foi o caso de Prudente de Moraes Filho, Paulo de Moraes Barros e João Sampaio.

Deixou escritos Discursos na assembléia de São Paulo, Relatório dos trabalhos do Senado Federal: 1892-1894 e Mensagens presidenciais: 1895, 1896, 1897 e 1898.

Prudente de Moraes soube galgar estrategicamente sua postura política, concepção partidária e liderança na propaganda republicana. Como estrategista partidário garantiu o apoio de órgãos da Imprensa



republicana para construção da imagem e propaganda dos candidatos perante a nação. As imagens em torno de Prudente de Moraes foram construídas ao longo de sua vida e representadas através dos apelidos a ele atribuídos: Caipira, Biriba, Pacificador, Prudente Demais e Santo Varão da República.

Para o povo piracicabano, Prudente de Moraes detém uma relevantíssima importância, tanto que o Município sedia um dos museus mais antigos do gênero no Estado de São Paulo, o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes. Lá, desde sua inauguração, em 1957, está instalado na antiga residência do primeiro Presidente Civil da República, Prudente de Moraes, local onde residiu e advogou.

Com o edifício totalmente restaurado, o Museu passou por reestruturação museográfica e museológica realizada pela Secretaria de Estado da Cultura, por meio das ações da UPPM e Organização Social Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari, adquirindo relevante importância na região. Dedicado a valorizar e difundir a história, cultura e identidade locais, o espaço oferece à população uma exposição permanente como poucos existentes no interior, que mescla memória e tecnologia, e permite visualizar a vida política e privada do patrono, além de curiosidades sobre a urbanização de Piracicaba.

Por fim, este mandato agradece especialmente ao professor e sociólogo Sr. Mateus Tognella e Secretário Executivo, advogado e jornalista Dr. Lucas Gandolfe pela valiosa sugestão de Projeto de Lei Nacional, objetivando incluir Prudente José de Moraes Barros Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, assim como fizeram com o campineiro Manuel Ferraz de Campos Salles, solicitação hoje consubstanciada no Projeto de Lei 4.103, de 2023, em trâmite na Câmara dos Deputados.



Pelas razões expostas, espero contar com o apoio de meus nobres pares para a presente proposição, que inscreve o nome de **Prudente José de Moraes Barros no Livro dos Heróis da Pátria.**

Sala das Sessões, em 01 de abril de 2024.

Deputado Jonas Donizette

